

Sexualidade humana: um estudo sobre a diversidade sexual na educação escolar.

Jonathan Rafael de Jesus da Silva¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de fazer uma análise sobre a sexualidade e suas formas de expressão na sociedade, com ênfase na homossexualidade e seus reflexos no ambiente escolar. A metodologia adotada foi de uma revisão de literatura, através de uma pesquisa bibliográfica. Nosso interesse pelo campo da diversidade sexual surgiu desde a nossa passagem pelo ensino médio, bem como na atividade de estágio supervisionado, onde pudemos constatar o incômodo e desconforto que os indivíduos homossexuais causavam no ambiente escolar, que se cristalizava em piadas, brincadeiras e apelidos de cunho pejorativo. Com a exigência do curso sobre a apresentação de um artigo científico, voltou- nos o interesse sobre o tema, indagando- se: como trabalhar a questão da sexualidade nas escolas e mais precisamente a diversidade sexual? Tornando-se a questão norteadora deste artigo. Através deste estudo consideramos que o tema deve ser continuamente construído, exigindo para isso uma maior discussão na sociedade, sobretudo no âmbito escolar através de diversas atividades e disciplinas, como forma de intervir na realidade contra a construção e objetividade de conceitos excludentes e preconceituosos.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Homossexualidade. Ambiente escolar.

ABSTRACT

The objective of this work is to make an analysis of sexuality and its forms of expression in society, with an emphasis on sexual diversity and its reflections in the school environment. The methodology was a literature review, through a literature search. Our interest in the field of sexual diversity has emerged since our passage through the high school, as well as supervised training activity,

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP.

where we have seen the hassle and discomfort that caused homosexual individuals in the school environment, which crystallized in jokes, jokes and nicknames pejorative nature. With the requirement of the course on the presentation of a scientific paper, turned on the interest on the subject, indagando- is: how to work the issue of sexuality in schools and specifically the sexual diversity? Becoming the question guided this article. Through this study we conclude that the issue should be continuously built, requiring it to further discussion in society, especially in schools through various activities and disciplines as a way to intervene in reality against the construction and objectivity of exclusionary and biased concepts.

Keywords: Sexuality. Homosexuality. School environment.

I. INTRODUÇÃO

Através deste trabalho procuramos desenvolver uma análise sobre a sexualidade e suas diversas formas de expressão na sociedade, com ênfase na homossexualidade e seus reflexos no ambiente escolar. Nossa metodologia constou de uma pesquisa bibliográfica onde pudemos fazer uma revisão de literatura, por entender que este tema não se dá por acabado e as identidades dos sujeitos são construídas e reconstruídas continuamente. No primeiro item deste trabalho apresentamos alguns conceitos sobre a sexualidade, o modo como as ciências sociais a interpretam e como este conceito varia de acordo com o tempo, lugar e a cultura. Após a chamada “revolução sexual”², ocorrida a partir da década de 60, a sexualidade considerada por muito tempo como um tabu passou a ser alvo de intensos debates, críticas e inquietações, produzindo assim várias categorias que merecem nossa atenção.

Em seguida no segundo item, expomos a sexualidade sob a ótica das ciências sociais, apresentando algumas interpretações de autores que nos possibilitam entender como em algumas sociedades os indivíduos concebem a sexualidade e até que ponto isso é determinante em suas relações sociais.

²Termo utilizado para designar um rompimento dos costumes, e questionamentos acerca da moral sexual, segundo Luiz Mott (2003), professor no departamento de antropologia da UFBA e presidente do grupo gay da Bahia em sua obra “*A revolução sexual: o poder de um mito*”.

Logo após no terceiro item, fazemos uma discussão em torno da diversidade sexual e de que maneira ela pode ser ou não expressada pelos indivíduos. Analisamos ainda neste item aspectos da homossexualidade (e os cuidados que se deve ter ao se reportar a ela, inclusive quanto a sua correta nomenclatura), e outras “alternativas sexuais”, com o objetivo de mostrar que existem outras possibilidades dos indivíduos expressarem suas sexualidades e não somente uma como é declarada pela Heteronormatividade³. Posteriormente no quarto item, iremos tratar da diversidade sexual na escola, seu papel no processo educativo frente a situações que precisam de respeito e tolerância, bem como a diversidade sexual no âmbito do direito, perspectivas contra e a favor, e por fim, a nossa conclusão.

II. A SEXUALIDADE E O ATO SEXUAL

No dicionário Aurélio (2005) encontra-se, por exemplo, a seguinte definição de sexualidade: “qualidade ou condição do que é sexual”, ou ainda: “é um conjunto de comportamentos ligados aos instintos sexuais ou a satisfação de desejos eróticos”. De acordo com o dicionário do pensamento social do século XX (1996) “sexo refere-se à sexualidade, reações, motivos e comportamentos erotossexuais e suas representações culturais”. (Dicionário de Sociologia, 1996, p.685).

A respeito de desejos eróticos, Foucault (1984) em “*A História da sexualidade*”, segundo volume, fala sobre o uso dos prazeres, quando de fato o indivíduo começaria a se reconhecer como “homem de desejo”, afirmando que o termo sexualidade começou a ser usado no século XIX, período este bastante conturbado e que falar deste assunto era proibido por questões puramente éticas, morais e principalmente religiosas.

Desse modo, Foucault faz uma busca desse homem de desejo nos períodos da Antiguidade clássica (século IV A.C.), passando pela sociedade romana (séculos I e II de nossa era), chegando à transição para o Cristianismo, percebendo que cada sociedade tratava de maneira diferente a sexualidade.

³ Heteronormatividade: Termo que prega a existência da heterossexualidade como única que deve existir, não dando margem para outras expressões da sexualidade humana, configurando-as como desvio da normalidade.

As sociedades em que predominava o Cristianismo, por exemplo, eram orientadas exclusivamente para a procriação, condenando e reprimindo o desejo e o prazer sexual.

As práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma relação que lhes permite descobrir no desejo, a verdade de seu ser. (FOUCAULT, 1984b, p.11).

Sobre essa prática na Grécia antiga, o autor avaliou ainda:

O Ato sexual não é considerado como uma prática lícita ou ilícita, segundo os limites temporais no interior dos quais ele se inscreve: ele é encarado como uma atividade que, no ponto de interseção entre o indivíduo e o mundo, o temperamento e o clima, as qualidades do corpo as estações, pode provocar consequências mais ou menos nefastas, e, portanto deve obedecer a uma economia mais ou menos restritiva. É a prática que demanda reflexão e prudência. (FOUCAULT, 1984b, p.106).

Duarte⁴ (1995) alega que a sexualidade representa muito mais do que o prazer sexual, uma vez que nela estariam embutidos impulsos fisiológicos, como o caso das crianças que recebem estímulos involuntariamente ao serem tocadas por seus pais, bem como aspectos psicológicos. Entretanto, a sexualidade relacionada ao prazer, se daria de fato segundo a autora, na adolescência, fase esta em que as glândulas dos adolescentes segregam hormônios sexuais, surgindo assim o desejo.

A sexualidade é lenta em alguns e apressada em outros. Muitos se agarram a sua sensualidade para chegar logo ao sexo e, com isso, conhecem apenas parte do enorme prazer que juntos, a sexualidade e o amor podem proporcionar. (DUARTE, 1995, p 33).

Werebe⁵ (1998) defende que o que se descreve como sexual é construído através das relações sociais complexas, sendo que cada indivíduo tem uma visão própria do que constitui o sexo.

O comportamento sexual pode ser expressão do amor, da fusão do corpo e da "alma", de necessidades e desejos, mas pode também ser a expressão de uma vontade de dominação, de humilhação ou de

⁴ Bióloga, sanitária, mestre e doutora em saúde pública pela USP. Em 1993 publicou o artigo "Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante".

⁵ Graduada pela USP, pesquisadora do centro nacional de pesquisas científicas da França. Atualmente presta colaboração a organismos internacionais, com especial ênfase nas questões relacionadas a planificação familiar. No seu livro "Sexualidade, política e educação" versa sobre a educação sexual.

desprezo. Assim, por exemplo, a relação sexual entre duas pessoas pode haver objetivos que não são propriamente sexuais, tais como: desejo de poder, de dominação, de afirmação, sentimento de vingança ou, ao contrário, de afeto, de comunicação. (WEREBE, 1998, p.6).

Freud (1905) também foi um dos autores que se debruçou sobre o estudo da sexualidade humana, mais especificamente a sexualidade infantil. O contexto em que desenvolve sua teoria é de bastante repressão em relação ao assunto, pois transgredia as regras daquela época. Por isso mesmo foi classificado por muitos, inclusive pelos seus colegas de trabalho psicanalistas, como perverso. Ao contrário de Duarte (1995), Freud acreditava através dos relatos de pacientes, que a sexualidade estava presente desde a mais tenra idade, e que estava diretamente ligada às neuroses, uma vez que estas seriam causadas por algum trauma ou repressão da sexualidade na infância do paciente. Foi além do conceito de sexualidade da época que levava em consideração apenas a reprodução, pois percebeu na criança uma sexualidade que ninguém enxergava ou pelo menos não queria enxergar.

Parece certo que o recém-nascido traz consigo germes de noções sexuais que continuam a se desenvolver por algum tempo, mas depois sofrem uma supressão progressiva, a qual, por sua vez, pode ser rompida por avanços regulares do desenvolvimento sexual ou suspensão pelas peculiaridades individuais. Nada se sabe ao certo sobre a regularidade e a periodicidade desse curso oscilante de desenvolvimento. Parece, no entanto, que a vida sexual da criança costuma expressar-se numa forma acessível à observação por volta dos três ou quatro anos de idade. (FREUD 1905, p 108).

Freud compreendeu que o simples ato do chugar⁶ da criança, comprovava que longe do aspecto nutricional, o bebê buscava no seio da mãe, o prazer, a energia sexual, por ele denominada de libido. E que esta não estaria ligada apenas as partes genitais, prova disso é que considerava a boca como uma área erógena.

O chugar [*Ludeln ou Lutschen*], que já aparece no lactente e pode continuar até a maturidade ou persistir por toda a vida, consiste na repetição rítmica de um contato de sucção com a boca (os lábios), do qual está excluído qualquer propósito de nutrição. Uma parte dos próprios lábios, a língua ou qualquer outro ponto da pele que esteja ao alcance até mesmo o dedão do pé, são tomadas como objeto sobre o qual se exerce essa sucção. Uma pulsão preênsil surgida ao mesmo tempo pode manifestar-se através de puxadas rítmicas simultânea do lóbulo da orelha e apoderar-se de uma parte de outra

⁶ Por "Chugar" entende-se mamar.

peessoa (em geral, a orelha) para o mesmo fim. O sugar com deleite alia-se a uma absorção completa da atenção e leva ao adormecimento, ou mesmo a uma reação motora numa espécie de orgasmo. Não raro, combina-se com a fricção de alguma parte sensível do corpo, como os seios ou a genitália externa. Por esse caminho, muitas crianças passam do chuchar para a masturbação. (FREUD, p. 110).

Id, ego e superego são também importantes conceitos na teoria Freudiana que ajudam a entender a sexualidade. No id, governado pelo “princípio do prazer”, estão os desejos materiais e carnis, bem como os impulsos reprodutores de preservação da vida. No Ego ou “Eu”, que está regido pelo “princípio da realidade”, encontra-se a consciência, considerada um pequeno ponto na vastidão do inconsciente, que busca mediar e equilibrar as relações entre o Id, Ego e Superego. Por sua vez o Superego é uma espécie de “sentinela da mente” que se encontra sempre vigilante e atenta a qualquer desvio moral. Ele também age inconscientemente, censurando impulsos aqui, desejos ali, especialmente o que for de natureza sexual.

Assim, o Ego precisa se equilibrar constantemente tentando não se deixar dominar nem pelos desejos insaciáveis do Id, nem pelas exigências extremas do Superego, lutando igualmente para não se deixar aniquilar pelas conveniências do mundo exterior.

III. O OLHAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE A SEXUALIDADE

As ciências sociais lançam um olhar e produzem discursos imprescindíveis em torno da sexualidade. A antropologia, por exemplo, analisa a fundo vários aspectos da vida em sociedade a partir de seus rigorosos métodos de investigação. Assim como a cultura, costumes e praticas de um determinado grupo, a sexualidade foi e continua sendo um desses aspectos que alguns antropólogos se propõem a estudar. Vance⁷ (1995), porém alerta sobre os perigos e os riscos que se corre a quem pretende percorrer por estes caminhos que levam ao conhecimento da sexualidade.

⁷Vance é professora do departamento de ciências sociomédicas da escola de saúde pública da Universidade de Colúmbia. Trata sobre as relações entre a Sexualidade e a Antropologia, em especial na sua obra “A antropologia redescobre a sexualidade”.

Na realidade, as relações da Antropologia com o estudo da sexualidade é mais complexa e contraditória. Como uma área do conhecimento, a Antropologia tem sido muito pouco corajosa ou até mesmo adequada em sua investigação sobre a sexualidade. Ao contrário, a disciplina parece muitas vezes compartilhar a visão cultural predominante de que a sexualidade não é uma área inteiramente legítima de estudo lançando dúvidas não só sobre a própria pesquisa, mas também sobre os motivos e o caráter do pesquisador. Nisto, não temos sido piores, mas também não temos sido melhores do que outras disciplinas das ciências sociais. (VANCE, 1995).

Segundo o pensamento social do século XX, no século XIX o sexo era idealizado como um impulso instintivo em que suas origens se davam na biologia reprodutiva e somente externamente era regulado por normas sociais e culturais. Contudo, a sexualidade humana não é um simples dado biológico que pode ser explicado só pelos termos da Biologia reprodutiva. Assim, a ela se mostra como uma espécie de construto histórico e sociocultural, suas formas e seus conteúdos significativos só são compreensíveis ao contexto de uma cultura socionormativa como um todo, sendo assim todas as sociedades estabelecem uma espécie de diferenciação entre tipo “certo” e tipo “errado” de sexo.

Malinowski (1973) considerado o “Pai” da antropologia cultural, em um dos seus estudos fez uma importante análise utilizando-se do método comparativo por meio de observação pessoal, em uma família patrilinear da civilização moderna Europeia e uma família matrilinear de certas comunidades das ilhas do noroeste da Melanésia da Nova Guiné, visando esclarecer sobre o relativismo cultural nas sociedades, no que diz respeito à questão sexual.

No tocante a sexualidade infantil, Malinowski partindo da concepção de Freud ao falar do período do erotismo anal, que é quando a criança sente prazer na excreção, o antropólogo observa que nas sociedades Europeias as crianças são violentamente reprimidas nas classes mais abastadas, enquanto que nas classes menos favorecidas, elas não recebem tal tratamento, pois são instruídas sobre as questões sexuais desde a mais tenra idade. A categoria do “indecente” é então criada pelos mais velhos, sendo que para a criança isto é visto como perfeitamente normal.

Nas ilhas Trobriand, Malinowski observou que não havia nenhum tipo de reprovação moral na fase infantil neste período.

“[...] mas existe uma circunstância que torna a questão de tal modo diferente entre esses nativos que não há perigo de cometer um erro: é o fato de que entre eles não há repressão, não há censura nem reprovação moral da sexualidade infantil do tipo genital quando vem á luz em uma fase pouco mais tardia do que aquela que estamos agora considerando, aproximadamente na idade de cinco a seis anos. Assim, se houvesse qualquer indecência mais primitiva, seria tão facilmente observada quanto à fase genital posterior de brinquedos sexuais”. (MALINOWSKI, 1973, p. 44).

Constatou-se na Melanésia, por ser uma sociedade matrilinear, ou seja, que o grau de parentesco é contado somente a partir da linhagem da mãe, que o único tabu existente era qualquer aproximação mais íntima entre um irmão e a sua irmã. Desde cedo as crianças eram iniciadas umas pelas outras, ou até mesmo por pessoas mais maduras. É o que o autor chama de “passatempos sexuais”, tais práticas possuem o objetivo de satisfazer a curiosidade das crianças, tendo em vista suas poucas idades, não eram capazes de realizar o ato de forma adequada, completa como os adultos.

Embora Malinowski faça uma análise de forma profunda em relação à sexualidade na fase infantil, não deixa de considerá-la na fase jovem, “[...] sem dúvida a idade da puberdade deve ser considerada como o marco mais importante da história sexual do indivíduo”. (Malinowski, 1973, p. 59). Destaca que em Trobriand não há um rito de iniciação na puberdade, como se realiza em outras sociedades ditas “primitivas”.

Heilborn⁸ (1999) esclarece:

A sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos. Mais do que um recurso explicativo baseado em diferenças psicológicas, essa variação é efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados nichos sociais e nos roteiros específicos de socialização com que as pessoas se deparam. (HEILBORN, 1999).

⁸Maria Luiza Heilborn, doutora em antropologia, é professora-adjunta do Instituto de Medicina Social/UERJ. Em a “Construção de si, gênero e sexualidade” fala sobre as relações das ciências sociais com o estudo da sexualidade.

Nessa perspectiva a cultura possui uma função importante na construção da identidade dos sujeitos, na medida em que os valores de uma determinada sociedade é que modelaria o comportamento, o próprio desejo e a sexualidade do indivíduo. “Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas”. (HEILBORN ,1995).

IV. A PERSPECTIVA DO GÊNERO E A DIVERSIDADE SEXUAL

De acordo com Louro (1997) a reflexão em torno do gênero surge na década de 60, junto com o movimento feminista, período em que prevalecem as grandes inquietações, manifestações e descontentamento das classes nos países da Europa. Neste primeiro momento mais voltado para as questões de desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo no que diz respeito ao sufrágio universal.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito, inclusive como sujeito da Ciência. (LOURO, 1997 p 21).

O movimento feminista tinha como um dos pressupostos desconstruir o olhar que se tinha da mulher, que estava relacionado à delicadeza, a fraqueza, ao ambiente doméstico e etc. Pretendiam, contudo uma maior visibilidade, sobretudo nas áreas das Ciências, das Letras e das Artes. O estudo sobre gênero se pautou inicialmente sobre as condições de trabalho das mulheres em vários ambientes, e uma das marcas do movimento é justamente o seu caráter político, na incessante busca pela emancipação das mulheres.

Ao passar dos anos a discussão concentrou-se em termos de identidades dos sujeitos em relação ao gênero. “[...] compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias”. (LOURO, 1997 p.28).

Aliás, vale ressaltar a distinção entre identidade de gênero e identidade sexual, que por muitas vezes podem ser confundidos, porém são conceitos distintos, embora estejam intimamente interligados.

Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. (LOURO, 1997 p.30).

Castro, Abranovay, Silva⁹ (2004) entendem que:

A sexualidade é um das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. (CASTRO, ABRANOVAY, SILVA 2004).

Segundo Sterling (1993) professora de Biologia do Departamento de Biologia Molecular e Bioquímica da Universidade Brown nos EUA, a cultura ocidental é profundamente comprometida com a ideia da existência de apenas dois sexos. Porém, se o Estado e o sistema legal estão interessados em manter um sistema sexual binário, eles estão desafiando a própria natureza.

Porque biologicamente falando, existem muitos graus entre fêmea e macho; e, dependendo de como determinamos as coisas, poderíamos argumentar que nesse espectro existem ao menos cinco sexos. E talvez até mais. (STERLING, 1993, p.02).

Sterling (1993) aponta que a literatura médica usa o termo *intersexo* como um nome geral para os três maiores subgrupos que misturam características masculinas e femininas. Que são eles: *Hermes* (hermafroditas verdadeiros), que possuem um testículo e um ovário; os *Mermes*: (pseudo-hermafroditas masculinos) que possuem testículos e alguns aspectos da genitália feminina, mas não possuem ovários. E os *Fermes* (pseudo-

⁹Mary Garcia castro é pesquisadora da UNESCO, Representação no Brasil. Mestrados em Planejamento Urbano (UFRJ) e em Sociologia da Cultura (UFBA). Ph.D. em Sociologia pela Universidade da Flórida, Estados Unidos. Pesquisadora associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais – UNICAMP; professora aposentada da UFBA; e membro da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, publicações na área de gênero, migrações internacionais, estudos culturais e juventude.

Miriam Abramovay é professora da Universidade Católica de Brasília e vice- coordenadora do Observatório sobre Violências nas Escolas no Brasil (UNESCO, Universidade Católica de Brasília e Universidade de Bordeaux 2). Formou-se em Sociologia e Ciências da Educação pela Universidade de Paris, França (Paris VII – Vincennes) e possui mestrado em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Lorena Bernadete da Silva é pesquisadora da UNESCO. Formou-se em Ciências Econômicas pelo UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, possui pós-graduação em Análise de Projetos pelo CENDEC – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Juntos realizam várias pesquisas, dentre elas a “juventudes e sexualidades”, onde tratam das questões de gênero e diversidade sexual.

hermafroditas femininas), possuem ovário e alguns aspectos da genitália masculina, porém lhe faltam os testículos.

Na mitologia Grega *Hermafrodita* vem dos nomes gregos “hermes”, conhecido como o mensageiro dos deuses, o patrono da música, controlador dos sonhos e protetor dos animais, e “Afrodite”, a deusa do amor sexual e da beleza. De acordo com tal mitologia esses dois deuses geraram hermafroditas, que aos quinze anos tornou-se metade macho e metade fêmea, quando seu corpo fundiu-se com o de uma ninfa pelo qual se apaixonou. A inquietação da autora é que os médicos quando se deparam com tais situações tentam logo encaixar esses seres em machos ou fêmeas, de acordo com a parte da genitália mais desenvolvida. Diante disso ela questiona se tais indivíduos que misturam características sexuais masculinas e femininas poderiam tranquilamente viver nessas condições de acordo com suas vontades.

Sterling defende que os três *intersexos* (para usarmos a nomenclatura médica) merecem ser considerados sexos adicionais cada qual em seu direito e reconhece cada uma dessas categorias como sendo complexas, tendo em vista que suas necessidades especiais, seus problemas e atrações permanecem inexploradas pela ciência. “Mesmo que se considerem apenas cinco categorias, o sexo é um contínuo vasto e infinitamente maleável que desafia as limitações”. (Sterling, 1993).

É quase que imediata a entrada de crianças intersexuais em programas de controle hormonal e cirurgia para que possam se infiltrar silenciosamente na sociedade como machos e fêmeas heterossexuais “normais”. (Sterling, 1993).

A autora argumenta que este fato não está de modo algum ligado a uma conspiração, e o seu intuito é genuinamente humanitário, refletindo o desejo da comunidade médica dessas pessoas passarem a se encaixar tanto físico quando psicologicamente como machos ou fêmeas, e isso se torna um problema na medida em que essas outras possibilidades ficam inexploradas e conseqüentemente invisibilizadas perante a sociedade.

Acerca da diversidade sexual Jesus et al. (2008) esclarecem que ela “refere-se ao reconhecimento das diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da existência dos seres humanos”. (JESUS et al. 2008)

p.09). A partir dessa perspectiva a heterossexualidade (a relação sexual ou afetiva com pessoas do sexo oposto), tida como norma em nossa sociedade, torna-se apenas uma entre várias outras formas dos indivíduos viverem suas sexualidades e, no entanto acabou sendo legitimada amplamente em vista da associação entre sexo e procriação disseminada pela religião.

A Homossexualidade configura-se como uma das formas que os indivíduos possuem para se expressar sexualmente e que merece destaque, tanto pela sua complexidade quanto pelos diversos discursos produzidos em vários ambientes. O termo Homossexual é formado pela palavra grega “*hómos*” que significa “semelhante” e a latina “*sexu*” que quer dizer pertencente ao mesmo sexo. Fry (1985) parte do pressuposto de que a Homossexualidade é na verdade uma infinita variação, pois um indivíduo que sente atração pelo mesmo sexo pode ser considerado Homossexual em uma sociedade e não ser em outra.

Não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as ideias e praticas a ele associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades. (FRY, 1985:10).

Foucault (1984) ao se reportar sobre a sexualidade humana, fala em relação à prática sexual entre pessoas do mesmo sexo. Antes de nos aprofundarmos nessa perspectiva é importante frisar que toda análise que perpassa a antiguidade no que diz respeito à relação com o mesmo sexo, não pode ser comparado à noção que temos hoje de homossexualidade ou qualquer outra fato desta categoria. Até porque, em determinadas sociedades e épocas era algo “normal”,¹⁰ esta forma de relacionamento, como na sociedade grega.

Ora, essa pratica de corte mostra por si mesma que a relação sexual entre homem e rapaz não era sem problemas; devia ser acompanhadas por convenções, regras de comportamentos, maneiras de fazer, todo um jogo de adiamentos e de chicanas destinados a retardar o término e a integrá-la numa serie de atividades e de relações anexas (FOUCAULT, 1984b, p.175).

¹⁰Faz-se necessário o uso das aspas, pois ficou evidente na leitura que os afeminados, os rapazes que fossem fáceis demais, bem como a relação entre pessoas do mesmo sexo que fossem da mesma idade, ou mais velhas, eram mal vistos pela sociedade. O normal era um jovem ser cortejado por um mais velho, segundo toda uma espécie de ritual com um propósito estritamente pedagógico.

Na visão de Mott (2003), Homossexualidade significa “sexo igual” podendo ser aplicado tanto para homem que se relaciona com homem, quanto para a mulher que se relaciona com mulher. O termo foi criado em 1869 pelo jornalista húngaro Benkert, e esta expressão foi bem aceita entre os indivíduos participantes do grupo. Outros termos são utilizados com frequência para se referir a quem tem atração sexual pelo mesmo sexo como “gay” que significa “alegre”, “invertido” e “bicha”, contudo, são considerados como pejorativos por indivíduos Homossexuais.

Muitos ainda consideram o comportamento Homossexual como uma doença, porém vale ressaltar que desde 1995, o conselho federal de medicina tirou a Homossexualidade da lista de doenças, tanto isso é verdade que o próprio termo “Homossexualismo” não é mais admitido. Alega-se que o mesmo por possuir o sufixo “ismo” denota a ideia de doença, tais como o alcoolismo e etc. A Bissexualidade é mais uma possibilidade de demonstração sexual, e caracteriza-se pela atração sexual pelo gênero masculino e feminino. Há uma desconfiança a mais nessa possibilidade, tendo em vista os indivíduos que seguem a esta orientação, são tachados como infiéis, e não capazes de estabelecer um relacionamento confiável, por justamente possuírem atração por mais de um gênero.

Surgiu no movimento LGBT mais algumas expressões que denotam outras possibilidades para descrever desejos e atrações sexuais, tais como Pansexual que são os indivíduos que sentem atração sexual por todos os tipos de pessoas, Cisgêneros (o contrário de transgênero), se identificam com as características do gênero que lhe foi atribuída no nascimento, e muitas outras nomenclaturas abarcando as diferentes possibilidades de atração sexual.

V. A DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Felipe (2007) aponta a sexualidade ganhando alguma visibilidade no Brasil no currículo em 1997, passando a existir como tema transversal nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) considerado como a solução para os problemas educacionais de até então. Neste primeiro momento voltado mais para a educação em torno da prevenção de doenças sexualmente

transmissíveis e gravidez na adolescência. Limitando-se também a uma abordagem biológica acerca da anatomia dos órgãos sexuais e a fecundação.

Uma pesquisa de 2004 realizada pela UNESCO (organização das nações unidas para a Educação, Ciência e Cultura) intitulada *juventudes e sexualidades*, visitou 241 escolas de rede pública e privada de 14 capitais do Brasil, e mostrou que um quarto dos estudantes que foram entrevistados não gostaria de ter um colega de classe Homossexual, e este percentual fica ainda maior quando se trata exclusivamente de meninos. Ao todo foram entrevistados 16.422 estudantes, 4.532 pais e mães e 3.099 docentes.

De posse de tais dados é necessário realizar uma reflexão sobre qual seria o papel da escola frente a essas situações que influenciam e dizem respeito á todos os atores que fazem parte da escola, tendo em vista que se trata de respeito e tolerância?

Em Maio de 2004 o governo federal lançou o caderno intitulado “*Escola sem homofobia*”, tratando-se de um programa de combate à violência e a discriminação LGBT e promoção da cidadania Homossexual, financiado pelo ministério da educação que proporcionou uma discussão importante para trabalhar a diversidade sexual no ambiente escolar. O presente caderno concebe a escola como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos. Ela torna-se então uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade.

Louro (1997) vê a escola como uma instituição que não privilegia a diversidade, pelo contrário, acaba reforçando estereótipos.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (LOURO, 1997, P.61).

A conferência nacional da educação básica¹¹ realizada em 2008 em Brasília teve como uma de suas diretrizes, realizar uma rediscussão no sentido de priorizar condições para a definição de políticas educacionais promovendo a inclusão social e o respeito à diversidade de forma articulada com os sistemas de ensino.

A diversidade, do ponto de vista cultural, pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma porque os sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA/MEC, 2008).

Compreender a relação entre diversidade e educação básica implica delimitar um princípio radical da educação pública e democrática: a escola pública se tornará cada vez mais pública na medida em que compreender o direito à diversidade e o respeito às diferenças como um dos eixos norteadores da sua ação e das práticas pedagógicas. Para tal, faz-se necessário o rompimento com a postura de neutralidade diante da diversidade que ainda se encontra nos currículos e em várias iniciativas de políticas educacionais, as quais tendem a se omitir, negar e silenciar diante da diversidade. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA/MEC, 2008).

O evento destacou a importância dos movimentos sociais como: o LGBT, portadores de necessidades especiais e muitos outros, como formidáveis instrumentos em prol do respeito à diversidade. Na medida em que questionam o sistema de ensino, que embora tenha trazido avanços ainda encontra-se arraigado em princípios tradicionais, além disso, sugerem mudanças no currículo e projetos políticos pedagógicos da escola, no sentido de dar uma maior visibilidade a diversidade, e uma educação de qualidade a esses grupos que até então são considerados excluídos históricos e socialmente.

Werebe (1998) aborda a educação sexual iniciada pelos pais chamada de “educação informal”, apontando a sua importância na medida em que a criança concebe ideias de família, amor, sexualidade e com isto vai conhecendo a si mesmo.

¹¹Ocorrida no ano de 2008 em Brasília, e trouxe como tema central a construção do sistema nacional de educação, e como um de seus eixos temáticos a inclusão e a diversidade na educação básica.

“[...] Eles constituem os primeiros modelos humanos, o primeiro modelo de “casal” que a criança conhece, como homem e mulher, como marido e esposa (ou seus equivalentes conforme o tipo de união) e como pessoas sociais. É com eles que muito cedo se começa a aprender o que cada um destes papéis representa”. (WEREBE, 1998, p. 148).

A autora ressalta que nem sempre os pais fornecem informações aos filhos sobre a sexualidade, seja por serem leigos no assunto ou pelo sentimento de constrangimento em falar do mesmo, diante disso a escola precisa assumir a postura de sanar qualquer dúvida no tocante a sexualidade de um modo geral.

No domínio escolar Werebe entende a sexualidade como sendo exercida por meio de repressão acerca do comportamento dos alunos, e nem sempre os educadores tratam do assunto da maneira que deveriam tratar perante as brincadeiras e comportamentos de cunho sexual, pois atribuem a isto uma carga de gravidade e um caráter que não deveria ter.

A omissão deliberada e o silêncio dentro da escola, em relação a tudo que concerne á sexualidade, também tem importância sobre a formação dos alunos, neste domínio, levando-os a considerar que sexo é algo secreto ou talvez de vergonhoso sobre o qual não se deve falar. (WEREBE, 1998, p. 150).

Entretanto, a escola, possui uma participação importante na vida dos alunos no que diz respeito as suas personalidades, dando-lhes a oportunidade de ter uma experiência dentro de grupos que lhes permitam uma maior liberdade para falar sobre o assunto e trocar experiências. E embora os participantes destes grupos possuam conhecimentos incorretos ou limitados em relação à sexualidade, o importante mesmo são as trocas de experiências, as inquietações, dúvidas, e as relações que se estabelecem em tais grupos, sejam de amizade ou mesmo amorosas.

Seffner (2003) concebe a escola como sendo um campo de tensão e que não é fácil entender a sua composição. O movimento social pela diversidade percebe a escola como um alvo de atuação de seu movimento, e tenta tê-la como aliada. Ela nos últimos anos passou por consideráveis avanços e hoje pode comportar muito mais alunos que em outros tempos. Isso implica em uma nova clientela, diante disso é necessário ter cautela ao ensinar

seu conteúdo tendo em vista a variedade de pessoas envolvidas neste processo.

“[...] Mas quando se trata de assegurar à inclusão de travestis, jovens gays, e jovens lésbicas, a discussão muda de figura, e aparecem outras questões, habitualmente ligadas às concepções que os professores e as professoras têm acerca dessas orientações sociais”. (SEFFNER, 2003 p.127).

O autor salienta que ingresso dessas três categorias (para ficar apenas nesses três exemplos de diversidade sexual) exige da estrutura escolar muita modificação. A primeira é a abolição das piadas e das manifestações sexistas, tão comuns entre professores e professoras, acerca dos alunos e das alunas “diferentes” dos padrões Heterossexuais ditos “normais”.

De acordo com Santos (2012):

O sexo é tratado com algo distante do aluno, o aparelho sexual é mostrado, ainda nos dias atuais, como “máquina de reprodução”, tendo o sexo a finalidade da procriação. O sexo como prazer é raramente comentado, a escola se esquivava dessa obrigação por temer uma má influência para o aluno. (p. 5).

A autora questiona o modo como a instituição se posiciona, sempre proporcionando uma educação sexual voltado aos heterossexuais, e acaba deixando os homossexuais de lado. Já Jesus et al (2008) a consideram como uma importante aliada na tentativa de desnaturalizar e desconstruir conceitos.

A escola é fundamental na desconstrução de mitos e preconceitos, na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e na transformação social. É na escola que se formam cidadãos e cidadãs atuantes. É também o espaço para que eles e elas sejam respeitados e respeitadas em suas especificidades [...]”.(JESUS et al. 2008 p.11).

Sobre a ótica de Louro (1998) a educação voltada para a sexualidade poderia abarcar algumas discussões a respeito dos processos de construção de identidades de gênero e sexuais, como também comportamentos e expectativas em relação aos sujeitos masculinos e femininos a partir de conexões que perpassariam assuntos tais como raça, etnia, religião e outros atravessamentos que fossem possíveis.

VI. A DIVERSIDADE SEXUAL NO ÂMBITO DO DIREITO: AVANÇOS E RETROCESSOS.

No que tange ao direito a lei 9.394/96 fala de modo muito vago acerca da diversidade na escola:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) disciplina a estrutura e o funcionamento do sistema escolar brasileiro, dando-lhe a necessária unidade em meio à diversidade que caracteriza o país. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1996 p. 7).

E no seu Art. 3º IV- Respeito á liberdade e apreço a tolerância.

Temos também o decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O decreto entende que nome social é a designação pela qual a pessoa Travesti ou Transexual se identifica e é socialmente reconhecida, e a identidade de gênero é a dimensão da identidade humana de uma pessoa que diz respeito a forma como ela se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e com isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento. A partir deste decreto fica então vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas Travestis ou Transexuais.

No entanto, ressalta-se que há algumas tentativas no sentido de retirar de vez qualquer possibilidade de discussão em torno da diversidade sexual na escola. O projeto de lei de nº 20/2016¹² por exemplo, vai de encontro a qualquer tentativa de se tratar sobre gênero e diversidade no âmbito escolar, tendo em vista que o mesmo tenta proibir a veiculação de qualquer material que trate da ideologia de gênero. E em 2011 o governo Federal vetou a proposta de um convênio denominado “kit gay” (termo pejorativo atribuído pelos setores conservadores), que consistia em um conjunto de materiais, incluindo cartilha e boletins informativos no combate a homofobia nas escolas, constituindo-se uma importante ferramenta para gestores, professores e alunos em nível de esclarecimento de dúvidas e conscientização.

¹² PL aprovado na câmara municipal de Teresina- PIAUÍ 2016

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho torna-se relevante na medida em que poderá dar subsídios às instituições de ensino, pais e funcionários para saber a melhor maneira de incluir o debate da diversidade sexual na escola, tendo em vista ainda os poucos trabalhos acadêmicos existentes em nossa instituição que tratam sobre esta relação entre sexualidade e escola, este estudo poderá servir não só para a comunidade acadêmica, como também para pesquisadores e futuros interessados dando origem a novos trabalhos, olhares e perspectivas sobre o assunto.

Em virtude dos argumentos mencionados, cada sociedade aborda de maneira diferente questões relacionadas a aspectos sexuais, de acordo com os princípios norteadores da vida em sociedade como bem argumentou Foucault (1984). E Diante disso não há como estabelecer um “padrão de sexualidade” tendo em vista que é um conceito amplo, complexo e relativo, porquanto o que pode em uma sociedade ser visto como normal sobre a sexualidade, em outra pode ser extremamente proibido. Não podemos negar que cada indivíduo tem uma maneira de expressar e de viver a sua sexualidade, e não pode de maneira alguma ser coagido a seguir o modelo heteronormativo ou qualquer outro que vá de encontro as suas vontades, etiquetando os indivíduos como homens ou mulheres contra suas vontades.

Assim como Santos (2012) defendemos que a educação sexual na sala de aula não deve se restringir a demonstração de aparelhos reprodutivos, e nem ao binarismo homem/mulher. Ela precisa ir além e incluir a construção da identidade de gênero e sexual, bem como o reconhecimento das diferentes representações de masculinidade e feminilidade. Assim como a disciplina de Ensino religioso não pode se limitar a instrução de uma só religião, assim deve ser a educação sexual, pois lidar com os alunos levando em consideração apenas suas características físicas de homem ou mulher, e não a forma como ele se identifica socialmente é uma modalidade de poder que a escola acaba exercendo nos indivíduos, desafiando a própria natureza humana como Sterling (1993) assinala. É imprescindível que a explicação da construção social da identidade dos indivíduos em relação a sua sexualidade seja

considerada da mesma forma que a explicação biológica, uma não deve de modo algum anular a outra, ambas devem se completar.

Embora haja uma maior liberdade para se falar de gênero e diversidade sexual em relação a outras épocas, torna-se necessário essa discussão na sala de aula através de suas várias disciplinas e atividades, pois ela tem papel determinante na formação da identidade e personalidade dos sujeitos. Entendemos e reconhecemos que se deve ter cautela ao incluir o ensino da diversidade sexual na escola, tendo em vista os diferentes sujeitos que ocupam este espaço. Vale ressaltar ainda que não se trata de maneira alguma de impor uma “ideologia gay” ou fazer com que os alunos se tornem gays, lésbicas e etc., mas entender que qualquer relacionamento discordante da heteronormatividade, deve ser se não totalmente aceito, respeitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conferência Nacional da Educação Básica – Documento Final*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia_seb.pdf>. Acessado em: 12/09/2016 às 17:30.

CASTRO, ABRANOVAY, SILVA. *Juventudes e Sexualidades*: Brasília, UNESCO Brasil, 2004.

Decreto 8.727. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727. Acessado em 14/07/2016.

DUARTE, Ruth de Golvêa. *Sexo, Sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis*. São Paulo: Moderna, 1995.

FELIPE, Jane. *Gênero, sexualidade e a produção de pesquisa no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas*. 2007. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/53-dossie-felipej.pdf>. Acessado em 25/09/2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2005, p. 801.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2 : O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Editora Graal– 6ª edição, 1984.

FREUD, Sigmund. *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRY, Peter & MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade: Coleção Primeiros Passos*. São Paulo, editora Brasiliense – 7ª Edição, 1991.

HEILBORN, Maria Luiza. “Construção de si, gênero e sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.

JESUS et al. Diversidade sexual na escola: uma metodologia do trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo: Especial, revista e ampliada, 2008.

Lei de Diretrizes e bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 24/08/16 às 13:12.

LOURO, Lopes Guacira. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw. Sexo e repressão na sociedade selvagem. Petrópolis, RJ: Vozes.

MOTT, Luiz Roberto. Homossexualidade: mitos e verdades. ed. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

Projeto de lei 20/2016. Disponível em: <http://www.teresina.pi.leg.br/acervodigital/norma/projeto-de-lei-20-2016>. Acessado em 24/08/16 às 13:20.

SANTOS, Vanessa dos. A homossexualidade no ambiente escolar. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos>. Acessado em: 21/08/2016.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação: Secad/MEC. Brasília, 2009. P. 127-139.

STERLING, Anne Fasto. Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o suficiente, E.U.A, 1993.

VANCE, Carole. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um conceito teórico. Revista de saúde coletiva- PHYSIS. Vol. 05, número 01, 1995.

WEREBE, Maria José Garcia. Sexualidade, política e educação. Campinas, SP: Autores associados, 1998.

William, Outhwaite. Dicionário do pensamento social do século XX. Zahar, 1996.